

Influência de Planos de Pagamentos Baseados em Ações na Agressividade Tributária das Empresas Financeiras Listadas na B3

Influence of Stock-Based Payment Plans on the Tax Aggressiveness of Financial Companies Listed on B3

Zhara Helou Ribeiro de Castilho

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG-GO)

E-mail: zhara_helou@ufg.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4096795473595553>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9455-3914>

Lúcio de Souza Machado

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

Professor da Universidade Federal de Goiás - UFG

E-mail: luciomachado@ufg.br

Telefone: (62) 3521-1390. Ramal: 237

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6742400453249031>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4434-2830>

Resumo

O objetivo deste artigo foi investigar a influência dos pagamentos baseados em ações (PBA) na agressividade tributária de empresas financeiras e bancárias brasileiras listadas na B3, no período de 2019 a 2023. A amostra compreendeu 58 empresas financeiras, incluindo 20 bancos. A metodologia empregou regressão linear múltipla com dados em painel e efeitos aleatórios para as empresas financeiras, e regressão linear múltipla com dados empilhados (*pooled*) para os bancos. Os resultados da análise descritiva sugeriram que empresas financeiras e bancos que remuneraram executivos por PBA apresentaram médias de agressividade tributária inferiores às entidades que não o fizeram. Contudo, os modelos econométricos demonstraram que o PBA não impactou a agressividade tributária das empresas financeiras. Para os bancos, observou-se uma relação negativa significativa entre PBA e agressividade tributária, quando esta foi mensurada pela taxa efetiva de imposto sobre o lucro contábil (GaapEtr), não rejeitando a hipótese H2. Em conclusão, os pagamentos baseados em ações influenciaram a agressividade tributária nos bancos brasileiros, medida pela taxa GaapEtr, mas não nas empresas financeiras, para ambas as variáveis. A principal contribuição deste estudo reside na colaboração para o desenvolvimento de uma literatura mais robusta sobre agressividade tributária em instituições financeiras e bancos, considerando a relevância da carga tributária nominal dessas instituições no país.

Palavras-chave: Remuneração de executivos; Pagamentos baseados em ações; Agressividade tributária; Empresas Financeiras; Bancos.

Abstract

This article aimed to investigate the influence of stock-based compensation (SBC) on the tax aggressiveness of Brazilian financial and banking companies listed on the B3, from 2019 to 2023. The sample comprised 58 financial companies, including 20 banks. The methodology employed multiple linear regression with panel data and random effects for financial

companies, and multiple linear regression with stacked (pooled) data for banks. The descriptive analysis results suggested that financial companies and banks that compensated executives with SBC presented lower tax aggressiveness averages than entities that did not. However, the econometric models demonstrated that SBC did not impact the tax aggressiveness of financial companies. For banks, a significant negative relationship was observed between SBC and tax aggressiveness, when measured by the effective tax rate on accounting profit (GaapEtr), not rejecting hypothesis H2. In conclusion, stock-based compensation influenced the tax aggressiveness in Brazilian banks, measured by the GaapEtr rate, but not in financial companies, for both variables. The main contribution of this study lies in the collaboration for the development of a more robust literature on tax aggressiveness in financial institutions and banks, considering the relevance of the nominal tax burden of these institutions in the country.

Keywords: *Executive Compensation; Stock-Based Payments; Tax Aggressiveness; Financial Companies; Banks.*

1. Introdução

Incentivos salariais têm se mostrado um recurso comum para que as empresas solucionem questões de governança. Uma vez que os executivos e as empresas ocupam posições e expectativas muito diferentes entre si, a remuneração de executivos pode atuar como instrumento de incentivo para alinhar os esforços dos executivos aos objetivos corporativos, contribuindo para uma governança mais eficaz (Wang & Yao, 2021).

Nesse contexto, os incentivos de remuneração podem direcionar o comportamento dos executivos, especialmente no que tange à agressividade tributária. Diversos estudos demonstram que a compensação monetária pode exercer um efeito positivo sobre o planejamento tributário, ao estimular atitudes mais audaciosas frente às questões fiscais (Gaertner, 2014; Idzniah & Bernawati, 2020; Ardillah & Prasetyo, 2021).

Grande parte das pesquisas sobre a relação entre remuneração de executivos e agressividade tributária utilizam amostras de empresas não financeiras e excluem aquelas do setor financeiro devido às suas particularidades contábeis, fiscais e regulatórias. Dessa forma, os resultados obtidos para empresas não financeiras não se aplicam necessariamente às instituições financeiras, que se diferenciam por modelos de negócios específicos e divulgações contábeis próprias (Santos & Rezende, 2020).

Segundo Assaf Neto (1998), o setor financeiro e em especial os bancos apresenta em sua essência de negócio comportamento tipicamente arriscado, tais como o gerenciamento de riscos de crédito das instituições financeiras e as estratégias de diminuição do ônus tributário que estas instituições passam para o mercado e para a economia nacional. Por fim, este setor é muito importante para o desenvolvimento econômico do país e apresenta uma grande arrecadação fiscal (Barbosa et al., 2016), o que reforça a necessidade de pesquisas direcionadas ao tema.

Gawehn e Muller (2019) observaram que, nos Estados Unidos, os bancos adotam níveis elevados de agressividade tributária, frequentemente equiparando-se ou superando instituições não bancárias. De modo semelhante, Idzniah e Bernawati (2020) evidenciaram diversos casos de agressividade tributária no setor bancário da Indonésia, apontando uma relação positiva entre a remuneração dos executivos e a adoção de práticas fiscais mais agressivas. Esse comportamento coaduna-se com o expressivo crescimento do PIB no setor, destacando sua relevância para a economia. Além disso, Folorunso e Lokanan (2023) constataram que nos bancos nigerianos as práticas de agressividade tributária são comuns e ocorrem de forma desenfreada, refletindo os altos índices de rentabilidade e lucratividade do segmento.

No cenário brasileiro, Barbosa et al. (2016) pesquisaram a agressividade tributária no setor bancário, ressaltando que os bancos adotam tais práticas para obter vantagens econômicas e financeiras, o que contribui para a geração e preservação do fluxo de caixa. Oliveira e Machado (2023) observaram, no período de 2019 a 2022, que as médias de agressividade tributária das instituições financeiras se situaram abaixo das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL, indicando a efetiva adoção dessas práticas.

É importante destacar que a remuneração de executivos frequentemente se relaciona com a agressividade tributária. Idzniah e Bernawati (2020) demonstraram que a remuneração exerce um efeito positivo e significativo sobre a agressividade fiscal, incentivando os executivos a adotarem posturas tributárias mais arriscadas com o objetivo de aumentar o lucro. Assim, a prática de agressividade tributária mostra-se recorrente no setor bancário.

Campos e Dantas (2024) analisaram os bancos brasileiros no período de 2000 a 2022, constatando que, a longo prazo, instituições que utilizam planejamento tributário e práticas agressivas conseguem reduzir a carga tributária efetiva sobre o lucro. Nesse sentido, Francis et al. (2022) sugerem a utilização de pagamentos baseados em ações (PBA) como mecanismo de incentivo para que os executivos adotem práticas de redução da carga tributária. Rego e Wilson (2012) corroboram essa ideia, afirmando que tais pagamentos motivam os executivos a assumirem posturas tributárias mais arrojadas e, conseqüentemente, a alcançarem melhores resultados fiscais.

Essa perspectiva está em consonância com a Teoria da Agência, que aponta para a natureza oportunista dos agentes (Francis et al., 2022) e destaca a remuneração dos executivos como forma de estimular o aprimoramento do desempenho e a maximização dos lucros nos bancos (Cuñat & Guadalupe, 2009; Idzniah & Bernawati, 2020; Wang et al., 2024).

Mamede Junior et al. (2023) investigaram o impacto da remuneração dos executivos na agressividade tributária em empresas não financeiras, concluindo que os pagamentos baseados em ações exercem influência positiva nesse comportamento. Contudo, como esses pesquisadores não analisaram instituições financeiras, que apresentam tratamentos contábeis e fiscais distintos, seus resultados podem divergir dos observados em outros setores. Para preencher essa lacuna, a seguinte questão de pesquisa se impõe: Qual a influência dos pagamentos baseados em ações na agressividade tributária das empresas financeiras listadas na B3? Portanto, o objetivo geral deste estudo é avaliar se os pagamentos baseados em ações afetam os níveis de agressividade tributária praticados por instituições financeiras e bancárias listadas na B3, no período de 2019 a 2023.

A relevância desta pesquisa reside, por um lado, na importância das instituições financeiras e bancárias para a economia brasileira e, por outro, na escassez de estudos que abordem a interseção entre remuneração de executivos e agressividade tributária nesse segmento, principalmente no contexto nacional (Idzniah & Bernawati, 2020; Cuñat & Guadalupe, 2009; Mamede et al., 2023; Wang et al., 2024). Embora essas instituições sejam frequentemente excluídas das amostras devido às suas características regulatórias e peculiares (Santos & Rezende, 2020), elas exibem elevados índices de agressividade tributária (Cuñat & Guadalupe, 2009; Kovermann, 2018; Gawehn & Muller, 2019; Idzniah & Bernawati, 2020; Folorunso & Lokanan, 2023; Wang et al., 2024). Assim, identificar os preditores dessas práticas pode oferecer informações valiosas para os diversos usuários da informação contábil.

A principal contribuição deste estudo, portanto, consiste em colaborar para a construção de uma literatura mais robusta sobre a agressividade tributária em instituições financeiras e, especificamente, nos bancos brasileiros. Ressalta-se que os bancos apresentam uma carga tributária nominal de 46%, contrastando com os 34% observados nas demais empresas, o que enfatiza a necessidade de uma análise aprofundada do setor.

2. Revisão da Literatura

Na seção de revisão da literatura, será discutida a agressividade tributária em instituições financeiras e bancos, bem como sua influência na estrutura econômica do país. Serão abordadas a remuneração de executivos e a agressividade tributária nessas instituições. Em seguida, apresentar-se-ão as hipóteses de pesquisa.

2.1. Agressividade Tributária em Instituições Financeiras e Bancos

Agressividade tributária, segundo Dyreng et al. (2008), refere-se a um conjunto amplo de operações cujo objetivo é reduzir o total da dívida tributária. Para Hanlon e Heitzman (2010), trata-se da redução de impostos explícitos e ajustes no lucro tributário para minimizar a carga fiscal. Já Barbosa et al. (2016) definem essa prática como um gerenciamento e planejamento tributário ousado e arrojado, que visa impactar positivamente a geração e preservação do fluxo de caixa das empresas.

A literatura sobre agressividade tributária, em geral, concentra-se em instituições não financeiras. Martinez e Martins (2016) ressaltam que as entidades financeiras e os bancos são frequentemente excluídos das análises devido às diferenças no tratamento contábil e fiscal, o que impede a generalização dos resultados para todo o espectro empresarial. Apesar dessa tendência, cresce o interesse de gestores e reguladores por estudos direcionados ao setor bancário, dada a forte influência destes na dinâmica econômica do país (Barbosa et al., 2016). Conforme alguns autores, práticas de agressividade tributária nos setores financeiro e bancário são recorrentes e até desenfreadas (Folorunso & Lokanan, 2023), pois visam reduzir a carga tributária e maximizar os resultados econômicos e financeiros. A natureza intrinsecamente arriscada do negócio bancário, conforme Assaf Neto (1998), cria um ambiente propício à adoção dessas práticas.

Gawehn e Mueller (2019) apontam para a necessidade de identificar lacunas na política fiscal que demandem melhorias na tributação dos bancos. Mesmo diante de uma regulamentação robusta, os bancos norte-americanos, impulsionados por elevados índices de lucratividade, atingem níveis de agressividade tributária equivalentes ou superiores aos dos setores não financeiros. Folorunso e Lokanan (2023) destacam que, na Nigéria, os bancos exibem altos índices de agressividade tributária e efetuam pagamentos de impostos inferiores ao esperado. Os autores observam que, ao explorar regulamentações específicas e lacunas nas políticas fiscais, os setores financeiro e bancário implementam estratégias abusivas para reduzir a base tributária e os tributos incidentes sobre suas receitas.

Idzniah e Bernawati (2020) evidenciaram que os bancos, na Indonésia, utilizam a regulação setorial para implementar práticas de agressividade tributária. Segundo os autores, o crescimento acelerado da indústria financeira indonésia, frequentemente superior ao observado em outros setores, pode ser explicado pelas elevadas taxas de agressividade adotadas pelo segmento, que impactam diretamente o PIB do país.

Oliveira e Machado (2023) analisaram a agressividade tributária em bancos e outras instituições financeiras no período de 2019 a 2022 e identificaram que as taxas médias de ETR (*Effective Tax Rate*) e CashEtr dos bancos foram, respectivamente, de 17% e 20%. Em comparação, as demais empresas financeiras apresentaram taxas médias de 10% e 11% no mesmo período. Tais índices, inferiores às alíquotas nominais de 41% para o setor financeiro e 45,2% para os bancos, reforçam a adoção de práticas tributárias agressivas.

Santos e Rezende (2020) investigaram o comportamento das práticas de agressividade tributária em instituições financeiras brasileiras e norte-americanas, concluindo que as empresas de maior porte tendem a adotar uma postura fiscal mais agressiva. Complementarmente, Jin et al. (2022) afirmam que os bancos utilizam essas práticas para reduzir ou evitar o pagamento de tributos, permitindo poupar recursos e constituir reservas que

os protejam de eventuais choques ou crises econômicas. Esse cenário sugere um planejamento tributário mais sistemático no setor financeiro em comparação aos demais setores da economia.

Em uma análise realizada por Campos e Dantas (2024) sobre bancos brasileiros entre 2000 e 2022, constatou-se que instituições com um planejamento tributário mais agressivo conseguiram, ao longo dos anos, reduzir sua carga fiscal sobre os lucros. Santos e Rezende (2020) identificaram determinantes importantes para essa agressividade nos bancos, como a presença de ativos intangíveis, o tamanho da empresa, o retorno sobre os ativos e o elevado grau de alavancagem financeira.

Diante da relevância das instituições financeiras e dos bancos para o crescimento econômico do país (Barbosa et al., 2016), torna-se imperativo aprofundar o estudo dessas práticas nesse setor. Compreender as peculiaridades da agressividade tributária em entidades financeiras e bancárias é fundamental para aprimorar tanto as políticas fiscais quanto a governança corporativa aplicáveis a esse segmento.

2.2. Remuneração de Executivos, Pagamentos Baseados em Ações e Agressividade Tributária em Instituições Financeiras e Bancárias

Rajgopal e Shevlin (2001) demonstram uma ligação direta e significativa entre os incentivos fornecidos aos executivos e o aumento dos riscos assumidos por eles nas entidades. Para Cuñat e Guadalupe (2009), a forma e a estrutura da remuneração dos executivos das instituições financeiras têm sofrido alterações nas últimas décadas. Segundo os autores, houve um aumento acentuado na remuneração dos executivos, que acompanhou o incremento no desempenho desses profissionais em cumprir com os contratos estabelecidos pelas empresas.

Rego e Wilson (2012) destacam que incentivos ao risco acionário, normalmente referidos como "sensibilidade ao pagamento por desempenho", motivam os gestores a adotarem ações e posições fiscais mais agressivas. Em relação ao risco e à remuneração, os autores ressaltam que os executivos precisam ser incentivados ao risco, por intermédio da remuneração, para praticarem um comportamento tributário mais agressivo. Segundo Mamede et al. (2023), os incentivos ao risco dos executivos, relacionados à sensibilidade da remuneração baseada em ações e sua volatilidade, levam os acionistas a exigirem maiores compensações, pois entendem que suportam um aumento do risco e do custo de capital. Dessa forma, o posicionamento arriscado dos executivos, associado à remuneração, pode motivá-los a buscar estratégias tributárias mais ousadas.

No que tange à assunção de riscos pelos executivos e suas motivações, Rajgopal e Shevlin (2001) destacam a característica distintiva da remuneração baseada em ações como um incentivo para que os executivos adotem comportamentos mais arriscados. Gormley et al. (2013) encontraram uma relação positiva entre contratos de incentivos baseados em ações e a assunção de riscos pelos executivos. Ding e Sun (2001) apontam três motivos para a adoção de pagamentos baseados em ações pelas empresas: primeiro, há vantagens fiscais associadas a esses pagamentos, pois os ganhos de capital do exercício de opções são tributados a uma taxa menor em comparação com salários e bônus; segundo, empresas com renda abaixo do esperado utilizam os pagamentos baseados em ações para reduzir os custos de relatórios financeiros, uma vez que esses pagamentos não figuram como item de custo na demonstração de resultados, evitando a insatisfação dos acionistas e auxiliando na resolução de problemas de violação de acordos de dívida; terceiro, os pagamentos baseados em ações ajudam a reduzir os custos de agência, alinhando os interesses entre gestores e acionistas, visto que os gestores tendem a maximizar seus próprios interesses em detrimento dos acionistas.

Chen et al. (2006) examinaram a relação entre a assunção de riscos e a remuneração baseada em ações em bancos comerciais dos EUA. Os autores apontam que os bancos têm

utilizado cada vez mais essa forma de remuneração, sendo a estrutura de pagamentos baseada em ações adotada de forma generalizada no setor bancário, em comparação a outros setores, como as empresas industriais, induzindo a assunção de riscos pelos executivos nas atividades do setor. Para Cuñat e Guadalupe (2009), o ambiente competitivo do setor financeiro gera incentivos que determinam a forma e a elaboração da estrutura de remuneração dos executivos, resultando no crescimento substancial do uso de opções de ações nos pacotes de remuneração.

Diversos estudos têm investigado a influência da remuneração de executivos sobre o comportamento de risco em instituições financeiras. Minhat e Abdullah (2016) observaram que a remuneração variável por meio de pagamentos baseados em ações incentivou a assunção excessiva de riscos em bancos do Reino Unido, especialmente durante a crise do subprime em 2008. Chisaan e Zakiy (2020) constataram que programas de pagamentos baseados em ações podem estimular a competitividade em bancos islâmicos, com alta adesão por parte dos executivos. Kavivya (2022) ressalta que incentivos financeiros, como pagamentos baseados em ações, podem aumentar o engajamento dos executivos em atividades de risco, como observado no Equity Bank do Quênia.

Culturalmente, instituições financeiras utilizam a remuneração como ferramenta para motivar comportamentos de risco, visando à maximização dos lucros (Kavivya, 2022). Essa busca por resultados pode levar à adoção de práticas de agressividade tributária (Folorunso & Lokanan, 2023). Hariyanto e Utomo (2018) e Idzniah e Bernawati (2020) encontraram evidências de que a remuneração de executivos influencia positivamente a agressividade tributária em empresas do setor financeiro na Indonésia.

Com base nesses achados, que indicam o potencial dos pagamentos baseados em ações como incentivo à agressividade tributária (Rajgopal & Shevlin, 2001; Gormley et al., 2013), e considerando o ambiente competitivo e a alta rentabilidade das instituições financeiras brasileiras e de vários países (Cuñat & Guadalupe, 2009; Minhat & Abdullah, 2016; Hariyanto & Utomo, 2018; Chisaan & Zakiy, 2020; Kavivya, 2022; Folorunso & Lokanan, 2023), as seguintes hipóteses foram formuladas:

- H1: Pagamentos baseados em ações influenciam positivamente a agressividade tributária em empresas financeiras listadas na B3.
- H2: Pagamentos baseados em ações influenciam positivamente a agressividade tributária em bancos listados na B3.

3. Procedimentos Metodológicos

Nesta seção, apresentam-se os elementos metodológicos do estudo. Inicialmente, define-se a amostra de empresas e detalham-se os procedimentos de coleta de dados. Em seguida, descrevem-se os modelos econométricos empregados, bem como as variáveis dependentes e independentes da pesquisa.

3.1. População, Amostra e Coleta de Dados

A população deste estudo é composta por todas as empresas financeiras listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para os últimos cinco anos, 2019 a 2023, as quais, em junho de 2024, totalizavam 75. Foram excluídas da população as empresas que não apresentaram os dados necessários para as análises ou que apresentaram dados e métricas anormais, tais como resultado antes dos tributos negativos (Idzniah & Bernawati, 2020; Gawehn & Mueller, 2019; Campos & Dantas, 2024; Marinho & Machado, 2023).

Ao completar essa análise, a amostra do estudo foi composta por 58 empresas financeiras, divididas entre bancos (20), previdência e seguros (9), intermediários financeiros (5), serviços financeiros (6), gestão de recursos e investimentos (3), exploração de imóveis (14) e *holdings* (4). A coleta de dados contábeis para composição das variáveis do estudo foi

realizada nas bases Economática® e Refinitiv®. Também, foram utilizados dados das demonstrações financeiras divulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como nos Formulários de Referência divulgados pela B3, que trata da remuneração dos administradores.

A coleta de dados referentes aos pagamentos baseados em ações foi realizada a partir dos formulários de referência, especificamente do item 8, que trata da remuneração dos executivos, disponíveis no site da B3. Os dados utilizados para as variáveis de agressividade tributária CashEtr e GaapEtr, como tributos sobre lucros totais pagos, despesas totais com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e lucro antes dos tributos, foram extraídos da base de dados Refinitiv®. Os dados das variáveis de controle foram obtidos das bases de dados Economática® e Refinitiv®. Todos os dados foram extraídos dos balanços consolidados das empresas.

3.2. Modelo Econométrico e Abordagem Estatística

Para testar as hipóteses da pesquisa, que postulam que os pagamentos baseados em ações influenciam positivamente a agressividade tributária das empresas financeiras e dos bancos listados na B3, foram elaborados modelos econométricos. Estes serão testados separadamente para cada variável dependente, e estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Regressão linear múltipla para dados em painel

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_{1,t} + \beta_2 X_{2,t} + \dots + \beta_n X_{n,t} + \varepsilon$$

$$\text{CashEtr} = \beta_0 + \beta_1 \text{Pba}_{i,t} + \beta_2 \text{Roa}_{i,t} + \beta_3 \text{Alav}_{i,t} + \beta_4 \text{Tam}_{i,t} + \beta_5 \text{Int}_{i,t} + \beta_6 \text{Ano}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

$$\text{GaapEtr} = \beta_0 + \beta_1 \text{Pba}_{i,t} + \beta_2 \text{Roa}_{i,t} + \beta_3 \text{Alav}_{i,t} + \beta_4 \text{Tam}_{i,t} + \beta_5 \text{Int}_{i,t} + \beta_6 \text{Ano}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

A regressão linear múltipla foi o método estatístico utilizado e a aplicação dos testes de *Chow*, *LM* de *Breusch-Pagan* e *Hausman* (Fávero & Belfiore, 2017) indicaram que a técnica mais apropriada para as empresas financeiras é a regressão linear múltipla com dados em painel e efeitos aleatórios e a técnica mais apropriada para os bancos é a regressão linear múltipla com dados empilhados em *pooled simples*. Esses modelos foram trabalhados no *software* Stata® versão 16.0.

3.3. Variáveis da Pesquisa

A mensuração da agressividade tributária é um tema complexo, e a literatura aponta para a utilização de múltiplas medidas, com destaque para as taxas efetivas de tributos (Wang et al., 2021). Lin et al. (2014) ressaltam que nenhuma medida isolada captura integralmente o comportamento agressivo das entidades. Gawehn e Mueller (2019), ao analisarem bancos norte-americanos, observaram que a taxa efetiva de caixa (CashEtr) e a taxa efetiva sobre o lucro contábil (GaapEtr) apresentam valores semelhantes, devido à homogeneidade do setor bancário. Ambas as taxas são consideradas relevantes: a GaapEtr é de interesse de investidores e do público em geral, enquanto a CashEtr reflete a carga fiscal de caixa dos bancos.

A CashEtr é um indicador eficiente da taxa de tributos efetivamente paga pelas empresas, com relevância no longo prazo (Dyreng et al., 2008). Calculada pela divisão dos tributos sobre lucros totais pagos pelo lucro antes dos impostos (Lair), a CashEtr indica que menores valores correspondem a maiores níveis de agressividade tributária (Hanlon & Heitzman, 2010). A equação 1 demonstra o cálculo da CashEtr:

$$\text{CashEtr} = \frac{\text{Tributos sobre os lucros totais pagos}}{\text{Lucro antes dos tributos} - \text{Lair}} \quad (1)$$

A taxa tributária efetiva sobre o lucro contábil (GaapEtr) é calculada pela razão entre a despesa tributária total e o lucro antes dos impostos (Lair) (Hanlon & Heitzman, 2010; Wang et al., 2024). Essa métrica é amplamente utilizada para indicar o grau de agressividade tributária, sendo que taxas menores sugerem maior agressividade (Hanlon & Heitzman, 2010). A equação 2 demonstra o cálculo da GaapEtr:

$$\text{GaapEtr} = \frac{\text{Despesa total IRPJ e CSLL}}{\text{Lucro antes dos tributos -Lair}} \quad (2)$$

A literatura sobre agressividade tributária sugere que nenhuma medida isolada é capaz de capturar completamente o comportamento agressivo das entidades (Lin et al., 2014). Gawehn e Mueller (2019) demonstraram a utilidade das taxas CashEtr e GaapEtr na investigação da agressividade tributária em bancos norte-americanos. Considerando a prática comum de utilizar essas métricas em conjunto, este estudo as adotou como variáveis dependentes para mensurar a agressividade tributária.

A variável independente central é constituída pelos pagamentos baseados em ações (PBA), mensurados por meio de uma variável binária (*dummy*). Esta assume o valor 1 se houve pagamentos baseados em ações aos executivos durante o período analisado, e 0 caso contrário (Ernel & Medeiros, 2020).

A revisão da literatura sobre agressividade tributária em instituições financeiras e bancárias revela diversos determinantes. Mafra et al. (2021) encontraram uma relação positiva entre alavancagem financeira e agressividade fiscal em bancos e instituições financeiras. Santos e Rezende (2020) identificaram o retorno sobre ativos e o tamanho da empresa como determinantes da agressividade tributária em empresas financeiras. Com base nesses achados, este estudo selecionou as seguintes variáveis de controle: retorno sobre ativos (ROA), alavancagem financeira (ALAV), tamanho da empresa (TAM), intangível (INT) e ano. Essas variáveis visam controlar outros fatores que podem influenciar a agressividade tributária e estão resumidas na Tabela 2.

Tabela 2

Resumo das variáveis de controle

Variáveis	Descrição	Operacionalização	Sinal Esperado	Referências
ROA	Retorno sobre Ativos	$\text{Roa} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{AtivoTotal}}$	+	(Mättö et al., 2023; Santos & Rezende, 2020).
ALAV	Alavancagem Financeira	$\text{Alav} = \frac{\text{Dívidas Longo Prazo}}{\text{AtivoTotal}}$	+	(Martinez e Martins, 2016; Kovermann, 2018; Idzniah & Bernawati, 2020; Mafra et al., 2021).
TAM (LN)	Tamanho	Logaritmo natural do Ativo Total	+	(Gawehn Mueller, 2019; Santos & Rezende, 2020; Mättö et al., 2023).
INT (LN)	Intangível	Ativo Intangível da empresa	+	(Chen et al., 2010; Santos & Rezende, 2020).
ANO	Período anual	Períodos anuais de 2019 a 2023	+/-	Ribeiro et al. (2019); Sousa et al. (2020).

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Retorno sobre os Ativos (ROA) é um determinante significativo em estudos sobre agressividade fiscal em bancos (Santos & Rezende, 2020). Empresas com lucros mais elevados tendem a pagar mais impostos, o que pode influenciar suas taxas de agressividade. Além disso, empresas mais rentáveis podem investir mais em planejamento tributário, resultando em taxas efetivas de tributação (ETR) menores (Hartmann & Martinez, 2020).

A alavancagem financeira (ALAV) também é considerada uma variável explicativa relevante para a agressividade tributária, pois indica o nível de endividamento com capital de terceiros (Martinez & Martins, 2016). Mafra et al. (2021) demonstraram que bancos e outras instituições financeiras utilizam a alavancagem financeira para otimizar suas práticas de agressividade tributária, encontrando uma relação positiva entre essas variáveis.

O tamanho da empresa (TAM) é outro fator determinante da agressividade fiscal em bancos, com empresas maiores sendo mais propensas a adotar políticas tributárias agressivas (Santos & Rezende, 2020; Mättö et al., 2023).

No contexto brasileiro, os ativos intangíveis (INT) também desempenham um papel importante na agressividade tributária. Empresas financeiras e bancos com maior volume de intangíveis, além de serem grandes e lucrativas, tendem a apresentar maior agressividade na prática de evasão fiscal (Santos & Rezende, 2020).

Por fim, a variável de controle Ano (ANO) é incluída para considerar as possíveis variações nos níveis de agressividade tributária ao longo do período analisado, bem como a influência de fatores externos (Ribeiro et al., 2019; Sousa et al., 2020).

4. Análise e Discussão dos Resultados

Inicialmente, aplicou-se a estatística descritiva para aprimorar a compreensão dos dados, analisando medidas de tendência central e de dispersão. Posteriormente, realizaram-se as estimativas e aplicaram-se testes para verificar o atendimento aos pressupostos da regressão. Por fim, estimaram-se os modelos econométricos por meio de regressão linear múltipla, com o objetivo de confirmar ou refutar as hipóteses da pesquisa.

4.1. Estatística Descritiva

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis dependentes de agressividade tributária. A distribuição dos dados é dividida em Painel A, para todas as empresas do setor financeiro, e Painel B, para os bancos. Ressalta-se que as variáveis de agressividade tributária não foram submetidas ao processo de winsorização na estatística descritiva, permitindo uma análise mais completa da distribuição original dos dados.

Tabela 3

Estatísticas descritivas

Painel A - Estatística descritiva das empresas financeiras					
Empresas financeiras que remuneram por Pba					
Variável	N	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
CashEtr	76	0,1821748	0,1895104	0,00384830	0,7837361
GaapEtr	67	0,1893985	0,1910399	0,00927457	0,7112678
Empresas financeiras que não remuneram por Pba					
Variável	N	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
CashEtr	158	0,1965115	0,1769609	0,00015502	0,7915000
GaapEtr	122	0,1980688	0,1941834	0,00392783	0,8783639
Painel B - Estatística descritiva dos bancos					
Bancos que remuneram por Pba					
Variável	N	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
CashEtr	27	0,1563745	0,1788400	0,00023014	0,6443920
GaapEtr	25	0,1387801	0,1988832	0,00432736	0,5092675
Bancos que não remuneram por Pba					
Variável	N	Média	Desv. Pad.	Mínimo	Máximo
CashEtr	60	0,2547153	0,1768667	0,00068118	0,7683774
GaapEtr	48	0,2417843	0,1649502	0,00627665	0,7061881

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados apresentados na Tabela 3 revelam que as empresas financeiras que utilizam pagamentos baseados em ações (PBA) apresentam valores médios de CashEtr e GaapEtr de 18,21% e 18,93%, respectivamente. Esses valores são semelhantes às médias das empresas financeiras que não utilizam PBA, cujos valores médios de CashEtr e GaapEtr são de 19,65% e 19,80%. É importante ressaltar que esses percentuais são consideravelmente inferiores à alíquota nominal para empresas do setor financeiro, que apresentou média de 41% no período analisado, composta por 15% de Imposto de Renda, 10% de adicional sobre o lucro tributável e 16% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme o Manual ECF (2023).

Essas evidências corroboram os achados de Oliveira e Machado (2023) e Costa e Klann (2023), que, ao analisarem empresas financeiras e empresas brasileiras de grande porte, respectivamente, também encontraram taxas médias de agressividade tributária inferiores à alíquota nominal. Isso sugere que as empresas apresentam lucro contábil superior ao lucro tributável, o que pode indicar um comportamento tributário mais agressivo.

Os bancos que utilizam PBA apresentam valores médios de CashEtr (15,63%) e GaapEtr (13,87%) significativamente inferiores aos valores médios apresentados pelos bancos que não utilizam PBA, cujos valores são de CashEtr (25,47%) e GaapEtr (24,17%). Esses resultados indicam que os bancos que utilizam PBA adotam práticas tributárias mais agressivas do que os bancos que não remuneram seus executivos por meio de PBA.

Esses resultados são consistentes com os estudos de Chen et al. (2006), que examinaram a relação entre a assunção de riscos e a remuneração por PBA em bancos comerciais dos EUA. Os autores observaram que os bancos têm utilizado cada vez mais a remuneração baseada em ações, sendo essa estrutura de remuneração mais comum nesse setor do que em outros, além de promover a assunção de riscos pelos executivos.

Adicionalmente, esses resultados podem ser justificados pelos achados de Minhat e Abdullah (2016), que observaram que a remuneração variável por meio de PBA pode incentivar a assunção excessiva de riscos em instituições financeiras do Reino Unido. Esses dados sugerem que a remuneração de executivos (PBA) influencia positivamente as práticas de agressividade tributária em bancos, corroborando os resultados de Idzniah e Bernawati (2020), que analisaram empresas bancárias da Indonésia.

É importante destacar que a alíquota nominal adotada para bancos no período foi de 45,2%, composta por 20,2% de CSLL e 25% de Imposto de Renda (15% de Imposto de Renda e 10% de adicional sobre o lucro tributável), conforme a Lei nº 9.718 (1998). As taxas apresentadas, inferiores à taxa nominal, indicam um comportamento tributário mais agressivo, corroborando o estudo de Folorunso e Lokanan (2023), que afirmam que práticas de agressividade tributária são comuns em bancos.

4.2. Análise das Regressões

Para verificar o atendimento aos pressupostos da regressão linear múltipla, foram aplicados os seguintes testes: teste de Shapiro-Wilk para avaliar a normalidade dos resíduos, teste de Wald para verificar a homocedasticidade e o teste *Variance Inflation Factor* (VIF) para verificar a multicolinearidade.

4.2.1. Resultados das Empresas Financeiras

O teste de Shapiro-Wilk indicou que os resíduos das variáveis CashEtr e GaapEtr não seguem uma distribuição normal. O teste de Chow, aplicado à amostra de empresas financeiras, confirmou a adequação do modelo de dados em painel. O teste de Hausman, por sua vez, sugeriu que o modelo de efeitos aleatórios é o mais apropriado. O teste de Wald revelou a presença de heterocedasticidade, a qual foi corrigida pela aplicação do comando "robusto" ao modelo de

efeitos aleatórios. Finalmente, o teste *Variance Inflation Factor* (VIF) não detectou problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes quantitativas dos modelos. Os resultados desses testes são válidos tanto para o modelo com a variável dependente CashEtr quanto para o modelo com a variável GaapEtr. A Tabela 4 apresenta os resultados das regressões.

Tabela 4

Resultado das regressões – Empresas financeiras

Painel A - CashEtr							
CashEtr = $\beta_0 + \beta_1 Pba_{i,t} + \beta_2 Alav_{i,t} + \beta_3 Roa_{i,t} + \beta_4 Tam_{i,t} + \beta_5 Big4_{i,t} + \beta_6 Covid_{i,t} + \beta_7 Ano_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$							
CashEtr	Obs	Coef.	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
PBA	177	- 0,0151587	0,0274459	- 0,55	0,581	- 0,0689516	0,0386342
ROA	177	- 0,3311091	0,1724081	- 1,92	0,055*	- 0,6690227	0,0068045
ALAV	177	- 0,0003575	0,0002326	-1,54	0,124	- 0,0008134	0,0000984
TAM	177	- 0,0041043	0,0074829	- 0,55	0,583	- 0,0187705	0,0105619
INT	177	3,7009000	5,4709000	0,68	0,499	- 7,0209000	1,4408000
cons	177	0,2921220	0,1290572	2,26	0,024	0,0391746	0,5450694
ANO	177	Não Significante					
Between	177	1.0000					
Painel B - GaapEtr							
GaapEtr = $\beta_0 + \beta_1 Pba_{i,t} + \beta_2 Alav_{i,t} + \beta_3 Roa_{i,t} + \beta_4 Tam_{i,t} + \beta_5 Big4_{i,t} + \beta_6 Covid_{i,t} + \beta_7 Ano_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$							
GaapEtr	Obs	Coef.	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
PBA	146	0,0092446	0,0315303	0,29	0,769	- 0,0525537	0,0710429
ROA	146	0,1226458	0,1941399	0,63	0,528	- 0,2578615	0,5031530
ALAV	146	0,0003965	0,0002603	1,52	0,128	- 0,0001137	0,0009067
TAM	146	0,0005001	0,0091400	0,05	0,956	- 0,0174140	0,0184141
INT	146	2,3900090	5,7700090	0,41	0,678	- 8,9100090	1,3700080
cons	146	0,1028235	0,1619739	0,63	0,526	- 0,2146394	0,4202864
ANO	146	Não Significante					
Between	146	1.0000					

Fonte: Elaborada pelos autores.

Níveis de significância: * = $p < 0,10$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$

A análise da Tabela 4 revela a ausência de significância estatística para as variáveis de agressividade tributária no setor financeiro. Consequentemente, não se pode afirmar que os pagamentos baseados em ações (PBA) influenciam a agressividade tributária em instituições financeiras, quando mensurada pelas taxas efetivas de tributação CashEtr e GaapEtr.

Esse resultado leva à rejeição da hipótese de que os PBA influenciam positivamente a agressividade tributária em empresas financeiras. Tal achado diverge dos estudos de Minhat e Abdullah (2016), Hariyanto e Utomo (2018) e Kavivya (2022), que encontraram evidências de que a remuneração baseada em ações está associada a comportamentos tributários mais arriscados. A divergência também se estende aos resultados de Idzniah e Bernawati (2020), que encontraram uma relação significativa entre a remuneração de executivos e a agressividade tributária em instituições financeiras na Indonésia. No entanto, é importante notar que o estudo de Idzniah e Bernawati (2020) utilizou a remuneração total dos diretores, e não apenas os PBA, além de diferenças regulatórias entre os sistemas bancários brasileiro e indonésio. Adicionalmente, o estudo analisou apenas a taxa efetiva de imposto e um período anterior ao deste estudo.

Essas diferenças nos resultados podem ser atribuídas a fatores como a *proxy* utilizada para medir a agressividade tributária, o período analisado e o tratamento dos dados, conforme apontado por Campos e Dantas (2024). A utilização de uma variável binária (*dummy*) para mensurar os PBA também pode ter influenciado os resultados.

Quanto às variáveis de controle, o retorno sobre ativos (ROA) apresentou significância negativa ao nível de 10% com a variável CashEtr, indicando que um ROA mais alto está associado a maior agressividade tributária. Esse resultado corrobora os achados de Hartmann

& Martinez (2020), que argumentam que empresas mais rentáveis investem mais em planejamento tributário e adotam práticas tributárias mais agressivas.

4.2.2. Resultados dos Bancos

O teste de Shapiro-Wilk revelou que os dados das variáveis CashEtr e GaapEtr não seguem uma distribuição normal. O teste de Chow confirmou a adequação do modelo *pooled* simples. O teste de Wald detectou heterocedasticidade, a qual foi corrigida pela aplicação do comando "robusto". As variáveis quantitativas foram submetidas ao processo de winsorização. Finalmente, o teste *Variance Inflation Factor* (VIF) não detectou problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes quantitativas. A Tabela 5 apresenta os resultados das regressões.

Tabela 5
Resultado das Regressões – Bancos

Panel A							
CashEtr = $\beta_0 + \beta_1 Pba_{i,t} + \beta_2 Roa_{i,t} + \beta_3 Alav_{i,t} + \beta_4 Tam_{i,t} + \beta_5 Int_{i,t} + \beta_6 Ano_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$							
CashEtr	Obs.	Coef.	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
PBA	46	-0,0604121	0,1047402	-0,58	0,564	-0,26569910	0,1448749
ROA	46	-2,8971030	1,6684990	-1,74	0,083	-6,16730200	0,3730949
ALAV	46	-0,0022082	0,0022498	-0,98	0,326	-0,00661770	0,0022012
TAM	46	-0,0229330	0,0258978	-0,89	0,376	-0,07369180	0,0278258
INT	46	0,0059748	0,0257836	0,23	0,817	-0,04456020	0,0565097
cons	46	0,6806506	0,1827214	3,73	0,000	0,32252320	1,0387780
ANO	46	Não Significante					
Between	46	1,0000					
Panel B							
GaapEtr = $\beta_0 + \beta_1 Pba_{i,t} + \beta_2 Roa_{i,t} + \beta_3 Alav_{i,t} + \beta_4 Tam_{i,t} + \beta_5 Int_{i,t} + \beta_6 Ano_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$							
GaapEtr	Obs.	Coef.	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
PBA	39	-0,1255207	0,0578414	-2,17	0,030**	-0,2388878	-0,0121535
ROA	39	0,0063458	1,3437780	0,00	0,996	-2,6274100	2,6401010
ALAV	39	0,0009933	0,0017870	0,56	0,578	-0,0025092	0,0044958
TAM	39	-0,0252453	0,0178092	-1,42	0,156	-0,0601508	0,0096602
INTANG	39	0,0411243	0,0203343	2,02	0,043**	0,0012697	0,0809789
cons	39	0,1749478	0,2897859	0,60	0,546	-0,3930221	0,7429178
ANO	39	Não Significante					
Between	39	1,0000					

Fonte: Elaborada pelos autores. Níveis de significância: * = p < 0,10; ** = p < 0,05; *** = p < 0,01.

A análise da Tabela 5 revela que não há relação significativa entre os pagamentos baseados em ações (PBA) e a agressividade tributária em bancos, quando mensurada pela taxa efetiva de tributação CashEtr. Esse resultado contrasta com os achados de Idzniah e Bernawati (2020), Chisaan e Zakiy (2020) e Kavivya (2022), que encontraram um efeito positivo da remuneração de executivos na agressividade tributária de bancos. As possíveis explicações para essa divergência incluem: a análise da remuneração total dos executivos em Idzniah e Bernawati (2020), a relação dos PBA com o desempenho dos executivos em Chisaan e Zakiy (2020) e a observação dos PBA como um fator de risco em Kavivya (2022).

Quanto à taxa efetiva de tributação sobre o lucro contábil (GaapEtr), observa-se uma relação negativa significativa (nível de 5%) com os PBA. Isso indica que os PBA influenciam positivamente a agressividade tributária em bancos, quando mensurada pela GaapEtr, corroborando Campos e Dantas (2024), Chen et al. (2006), Minhat e Abdullah (2016), Chisaan e Zakiy (2020) e Kavivya (2022).

Esse resultado também é consistente com Idzniah e Bernawati (2020) e Folorunso e Lokanan (2023), que encontraram um efeito positivo entre a remuneração de executivos e a

agressividade tributária em bancos. Os autores destacam que bancos apresentam altos níveis de agressividade tributária, uma prática comum e desenfreada nesse setor. Além disso, corrobora Campos e Dantas (2024), que consideram a GaapEtr mais apropriada para analisar a agressividade tributária em bancos. Portanto, não se rejeita a hipótese de que os PBA influenciam positivamente a agressividade tributária em bancos listados na B3.

Em relação às variáveis de controle, os ativos intangíveis (INT) apresentaram relação positiva significativa com a GaapEtr, enquanto a variável Ano (ANO) não se mostrou relevante para ambas as variáveis de agressividade tributária. Isso sugere que os níveis de agressividade tributária em bancos de capital aberto não apresentaram variações significativas no período de 2019 a 2023.

Os resultados indicam que os bancos apresentaram níveis de agressividade tributária mais elevados do que as empresas do setor financeiro, corroborando Gawehn e Muller (2019). Essa constatação também é consistente com Assaf Neto (1998), que atribui a agressividade tributária à natureza de risco do setor bancário e às altas alíquotas nominais de impostos. Por fim, os resultados corroboram Jin et al. (2022), que observaram que a agressividade tributária é mais sistemática em bancos do que em outros setores.

4.2.3. Síntese dos Resultados das Regressões

Os resultados das regressões permitem concluir que a influência dos pagamentos baseados em ações (PBA) na agressividade tributária varia conforme o tipo de instituição analisada. Para as empresas financeiras, os PBA não apresentaram relação significativa com as taxas efetivas de tributação, sugerindo que esses incentivos não motivam práticas de planejamento tributário mais agressivas. No entanto, no caso dos bancos, foi identificada uma associação negativa significativa entre os PBA e a GaapEtr, indicando maior agressividade tributária. Esses achados reforçam a hipótese de que os bancos apresentam comportamentos distintos em relação à tributação, possivelmente devido à sua estrutura operacional, à regulação setorial e à complexidade das atividades financeiras. A Tabela 6 resume as hipóteses testadas, os sinais esperados e os resultados empíricos obtidos.

Tabela 6

Resumo das hipóteses testadas, sinais esperados e resultados empíricos

Setor	Hipótese	Sinal esperado	Resultado
Empresas financeiras	PBA influencia positivamente a agressividade tributária (CashEtr e GaapEtr)	Positivo	Refutada
	ROA influencia negativamente a CashEtr	Negativo	Atendida
Bancos	PBA influencia positivamente a agressividade tributária (CashEtr)	Positivo	Refutada
	PBA influencia positivamente a agressividade tributária (GaapEtr)	Positivo	Atendida
	INT influencia positivamente a GaapEtr	Positivo	Atendida
	ANO influencia a agressividade tributária	Neutro	Refutada

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da Tabela 6 é possível observar que as variáveis de controle também mostraram comportamentos distintos entre os setores, com destaque para o ROA no setor financeiro e para os ativos intangíveis no setor bancário.

5. Considerações Finais

Este artigo investigou a influência dos pagamentos baseados em ações (PBA) na agressividade tributária de empresas financeiras e bancárias brasileiras listadas na B3, no período de 2019 a 2023. A amostra foi composta por 58 instituições financeiras, das quais 20

são bancos. Para mensurar a agressividade tributária, foram utilizadas as taxas efetivas de tributação CashEtr e GaapEtr. A análise aplicou regressão linear múltipla com dados em painel e efeitos aleatórios para as empresas financeiras, e regressão linear múltipla com dados agrupados (*pooled*) para os bancos.

A análise descritiva revelou que empresas financeiras que adotam PBA apresentam maior agressividade tributária em comparação àquelas que não os utilizam. As médias das taxas efetivas para ambos os grupos ficaram abaixo da alíquota nominal do país, sugerindo a adoção de estratégias de planejamento tributário agressivo. Essa tendência mostrou-se ainda mais acentuada entre os bancos que utilizam PBA.

Os resultados das regressões indicaram ausência de significância estatística entre os PBA e a agressividade tributária nas empresas financeiras, o que levou à rejeição da hipótese H1. Esse achado contraria a Teoria da Agência, segundo a qual a remuneração variável alinha os interesses dos executivos aos dos acionistas, incentivando a maximização do valor da empresa, inclusive por meio da gestão fiscal. Contudo, a ausência de significância pode estar relacionada à complexidade da estrutura de remuneração dos executivos, na qual os PBA representam apenas um dos componentes. Outros fatores, como a cultura organizacional, a governança corporativa e a percepção de risco, também podem influenciar as decisões relacionadas à agressividade tributária.

Nos bancos, observou-se uma relação significativa apenas com a GaapEtr: os PBA apresentaram associação negativa com essa métrica, indicando maior agressividade tributária. Essa diferença entre os resultados da CashEtr (sem significância) e da GaapEtr (com significância) evidencia que a escolha da métrica pode afetar a interpretação dos efeitos dos PBA sobre o comportamento tributário. A GaapEtr, que considera o lucro contábil, demonstrou ser mais sensível à influência dos PBA, confirmando a hipótese H2.

Conclui-se, portanto, que a remuneração baseada em ações pode estimular práticas fiscais mais agressivas nos bancos, especialmente quando essa agressividade é mensurada pela GaapEtr. Esse resultado reforça a adequação da GaapEtr como métrica de análise nesse contexto e sugere que os PBA podem, de fato, alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas ao incentivar estratégias que maximizem o valor da empresa por meio da redução da carga tributária contábil. O estudo contribui para a literatura sobre agressividade tributária em instituições financeiras ao evidenciar a relação entre PBA e práticas fiscais nos bancos brasileiros, destacando o papel relevante dessas instituições na economia nacional.

Diante desses achados, recomenda-se que gestores e conselhos de administração avaliem não apenas os efeitos dos PBA sobre o desempenho dos executivos, mas também seus impactos sobre as estratégias fiscais. Indicadores de conformidade tributária devem ser considerados como parte das metas atreladas aos incentivos de longo prazo. Aos reguladores e formuladores de políticas públicas, sugere-se a revisão das normas de divulgação sobre remuneração baseada em ações, sobretudo no setor bancário, dada sua associação com maior agressividade fiscal. A padronização e a transparência na divulgação dessas informações podem facilitar o monitoramento de práticas que afetam a arrecadação tributária e a concorrência entre instituições.

Apesar de seus avanços, os resultados deste estudo não devem ser generalizados para outros setores, dada a especificidade das instituições financeiras. Como sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a importância de investigar a relação entre PBA e agressividade tributária em outros setores econômicos, bem como realizar comparações internacionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além disso, recomenda-se a utilização de medidas alternativas de PBA, como os valores efetivamente pagos aos executivos, em vez de variáveis binárias, e a análise do papel da governança corporativa na moderação da relação entre remuneração e comportamento tributário.

Referências

- Ardillah, K., & Prasetyo, C. (2021), Executive compensation, executive character, audit comitee, and audit quality on tax avoidance. *Akuntabilitas: Jurnal Ilmu Akuntansi*, 14(2), 169-186. DOI:10.15408/akt.v14i2.22114
- Assaf Neto, A. (1998). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. Atlas.
- Barbosa, D. A., Dutra, F. C. P., Guimarães, A., & Fully R. M. P. (2016). Avaliação do tax aggressiveness no seguimento bancário brasileiro. *Anais do 16º International Conference in Accounting*. <http://www.congressosp.fipecafi.org>
- Campos, L. A., & Dantas, J. A. (2024). Múltiplas faces da carga tributária dos bancos brasileiros a partir de variações da Effective Tax Rate. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 18(2). DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v18i2.3323>
- Chen, C. R., Steiner, T. L., & Whyte, A. M. (2006). Does stock option-based executive compensation induce risk-taking? An analysis of the banking industry. *Journal of Banking & Finance*, 30(3), 915–945. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2005.06.004>
- Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, 95(1), 41–61. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2009.02.003>
- Chisaan, A. R., & Zakiy, M. (2020). Employee Stock Ownership As Strategy To Improve Employee Performance. *Jurnal Ekonomi Dan Bisnis Islam*, 6(1), 42-59. DOI: [10.20473/jebis.v6i1.14873](https://doi.org/10.20473/jebis.v6i1.14873)
- Costa, F. de C. L., & Klann, R. C. (2023). Efeitos da responsabilidade tributária de gestores na relação entre autuação e agressividade fiscal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34(93), e1792. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231792.pt>
- Cuñat, V., & Guadalupe, M. (2009). Executive compensation and competition in the banking and financial sectors. *Journal of Banking & Finance*, 33(3), 495–504. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2008.09.003>
- Ding, D. K., & Sun, Q. (2001). Causes and effects of employee stock option plans: Evidence from Singapore. *Pacific-Basin Finance Journal*, 9(5), 563–599. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0927-538X\(01\)00027-0](https://doi.org/10.1016/S0927-538X(01)00027-0)
- Dyreng, S. D., Hanlon, M., & Maydew, E. L. (2008). Long-Run Corporate Tax Avoidance. *The Accounting Review*, 83(1), 61–82. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.1.61>
- Ermel, M. D. A., & Medeiros, V. (2020). Plano de remuneração baseado em ações: Uma análise dos determinantes da sua utilização. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31, 84–98. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201907620>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com excel®, SPSS® e stata®*. Elsevier
- Folorunso, D. & Lokanan, M. E. (2023). Tax avoidance in banking institutions: an analysis of the top seven Nigerian banks, *Journal of Financial Crime*, 30(1), 167-204. DOI: <https://doi.org/10.1108/JFC-11-2021-0238>
- Francis, B., Teng, H., Wang, Y., & Wu, Q. (2022). The effect of shareholder-debtholder conflicts on corporate tax aggressiveness: Evidence from dual holders. *Journal of Banking & Finance*, 138, 106411.
- Gaertner, F. B. (2014). CEO After-Tax Compensation Incentives and Corporate Tax Avoidance. *Contemporary Accounting Research*, 31(4), 1077–1102. DOI: <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12058>
- Gawehn, V. & Muller J. (2019). Tax Avoidance - Are Banks Any Different? *Accounting for Transparency Working Paper Series*, 2. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3418506>

- Gormley, T. A., Matsa, D. A., & Milbourn, T. (2013). CEO compensation and corporate risk: Evidence from a natural experiment. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2, Supplement 1), 79–101.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A Review of Tax Research. *Journal of Accounting and Economics*. 50 (2–3), 127–178. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Hariyanto, F., & Utomo, D. C. (2018) Pengaruh corporate governance dan kompensasi eksekutif terhadap agresivitas pajak: Studi Empiris Perusahaan Jasa Sektor Keuangan yang Terdaftar di BEI Tahun 2014 – 2016. *Diponegoro Journal of Accounting*, 7(4). DOI: <https://ejournal3.undip.ac.id/index.php/accounting/article/view/25574>
- Hartmann, C. F., & Martinez, A. L. (2020). Tax Aggressiveness and Big4 Audit Firms. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(3), 37-46.
- Idzniah, U. N. L., & Bernawati, Y. (2020). Board of Directors, Audit Committee, Executive Compensation and Tax Avoidance of Banking Companies in Indonesia. *JASF: Journal of Accounting and Strategic Finance*, 3(2), 199–213. DOI: <https://doi.org/10.33005/jasf.v3i2.359>
- Jin, J., Liu, Y., Zhang, Z., & Zhao, R. (2022). The impact of financial constraints on banks' cash tax avoidance. *Review of Accounting and Finance*, 21(3), 109–129.
- Kavivya, P. M. (2022). The Effect of Employee Stock Ownership Plans on employee engagement: a case study of Equity Bank in Nairobi County. Strathmore University. DOI: <https://su-plus.strathmore.edu/items/5acb3f2d-247b-4a50-8303-07f71d6ee539>
- Kovermann, J. H. (2018). Tax avoidance, tax risk and the cost of debt in a bank-dominated economy. *Managerial Auditing Journal*, 33(8/9), 683–699.
- Lei n° 9.718 de 27 de novembro de 1998. (1998). Altera a Legislação Tributária Federal. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19718compilada.htm.
- Lin, S., Tong, N., & Tucker, A. L. (2014). Corporate tax aggression and debt. *Journal of Banking & Finance*, 40, 227–241.
- Mafra, J. de O., Cunha, J. Q. M., Fully, R. M. P., & Santos, R. B. (2021). Alavancagem Financeira como Estratégia de Tax aggressiveness: Um estudo em Instituições Financeiras. *Revista Liceu On-Line*, 11(1), 95–118.
- Mamede Junior, E., Vianna Brugini, T., Soares Monte-Mor, D., & Xavier Beiruth, A. (2023). Efeito da Remuneração como Incentivo Gerencial ao Risco e Agressividade Tributária no Brasil. *Revista Gestão Organizacional*, 16(1), 117–134. DOI: <https://doi.org/10.22277/rgo.v16i1.6748>
- Marinho, L. L. D. S., & Machado, L. D. S. (2024). Parcelamento tributário como determinante da agressividade fiscal em empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34, e1754.
- Martinez, A. L., & Martins, V. A. M. (2016). Alavancagem Financeira e Agressividade Fiscal no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(3), 4–22.
- Mättö, M., Niskanen, M., & Ojala, H. (2023). The role of auditors and banks in the tax aggressiveness of private firms. *International Journal of Auditing*, 27(4), 208–219. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijau.12309>
- Mauro, L. C. de C. (2023). *Planejamento tributário nas instituições financeiras estatais: Uma análise a partir das taxas efetivas de tributação*. [Mestrado Profissional em Economia, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa], Brasília.
- Minhat, M., & Abdullah, M. (2016). Bankers' stock options, risk-taking and the financial crisis. *Journal of Financial Stability*, 22, 121–128. DOI: [10.1016/j.jfs.2016.01.008](https://doi.org/10.1016/j.jfs.2016.01.008)
- Oliveira, V. H., & Machado, L. S. (2023, setembro). Efeitos da pandemia da Covid-19 no tax avoidance das empresas financeiras e não financeiras listadas na B3. *Anais do 13º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*. Florianópolis, SC.
- Rajgopal, S., & Shevlin, T. (2001). Empirical evidence on the relation between stock option

- compensation and risk taking. *Journal of Accounting and Economics*, 33(2), 145–171.
- Rego, S.O. and Wilson, R. (2012) Equity Risk Incentives and Corporate Tax Aggressiveness. *Journal of Accounting Research*, 50, 775-810. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00438.x>
- Ribeiro, A. M., Sousa, A. M. de, & Vicente, E. F. R. (2019). Impacto da Troca de Auditor na Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. *Anais do XIX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, Brasil, 1-20.
- Santos, R. B. dos, & Rezende, A. J. (2020). Determinantes da evasão fiscal em instituições financeiras: evidências do Brasil e dos Estados Unidos. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 17(45), 152–167. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n45p152>
- Sistema Público de Escrituração Digital (n.d.). *Manual de Orientação do Leiaute 10 da ECF - Ano-calendário 2023 e situações especiais do ano-calendário 2024 - Anexo ao ADE Cofis nº 59/2023*. <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1285>
- Sousa, A. M. de, Meurer, R. M., Feltes, T., & Ribeiro, A. M. (2020) Os Ciclos Econômicos Influenciam no Nível de Comparabilidade e Consistência da Informação Contábil? Evidências em Empresas Abertas do Mercado Brasileiro. *Anais do X Congresso UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina de Controladoria e Finanças, Florianópolis/SC, Brasil*.
- Wang, Y., & Yao, J. (2021). Impact of Executive Compensation Incentives on Corporate Tax Avoidance. *Modern Economy*, 12(12), 1817-1834. DOI: <https://doi.org/10.4236/me.2021.1212094>
- Wang, W., He, L., Ma, J., & Chang, C.-P. (2024). Executive compensation, equity structure and risk-taking in Chinese banks. *Economic Change and Restructuring*, 57(3), 1-28. DOI: [10.1007/s10644-024-09701-1](https://doi.org/10.1007/s10644-024-09701-1)